

- CXIX -

**REFORMA GERENCIAL, PAPEL DO ESTADO E  
POLÍTICAS DE *ACCOUNTABILITY* EM PERNAMBUCO:  
QUAIS AS FORMAS DE REGULAÇÃO?**

**Andréia Ferreira da Silva**  
- Docente UFCG  
silvaandreaia@uol.com.br

**Arlane Markeley**  
- Mestranda PPGEd/UFCG  
arlanemarkely@yahoo.com.br

**Josilene Maria de Oliveira**  
Mestranda PPGEd/UFCG  
josilene.lene@hotmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O texto apresenta resultados parciais da pesquisa, em andamento, que vem analisando os processos de responsabilização dos profissionais da educação na rede estadual de ensino de Pernambuco, materializados, entre outros, no Termo de Compromisso e Responsabilidade (TCR). O estudo apresenta as formas de regulação estabelecidas na educação estadual pernambucana que tem como referência as políticas de *accountability*. A reforma do Estado, implementadas no país, a partir dos anos 1990 trouxe a figura do “Estado avaliador” que regula os mecanismos e ações “[...] adotando em *ethos* competitivo [...] passando a admitir a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos” (AFONSO, 2000, p.49).

O trabalho está estruturado em dois momentos que foram demarcados com base em pesquisa bibliográfica e documental. O primeiro momento apresenta um estudo acerca da reforma gerencial no Brasil e em Pernambuco. O segundo momento analisa as políticas de regulação na educação pernambucana a partir das reformas educacionais, fundamentadas, entre outros, em políticas de *accountability*.

## REFORMA GERENCIAL DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO: BRASIL E PERNAMBUCO

O processo de reformas, baseado nos ideais neoliberais, ganhou força como uma saída para a crise econômica a partir dos anos 1970. Este processo que promoveu o desmonte do Estado intervencionista, apresentado como demasiadamente burocrático e ineficiente, fazendo-se necessária sua reestruturação mediante os processos de modernização.

De acordo com Abrucio (1997), a necessidade de reforma do Estado se materializa através da ineficiência do modelo burocrático weberiano protecionista. O modelo gerencial, proposto pela reforma, romperia com a lógica burocrática, vista como ineficiente, adotando um modelo flexível de gestão, que traria respostas mais eficientes e efetivas. No Brasil, a reforma gerencial buscou por em prática o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, a partir do ano de 1995.

Com a reforma da administração pública do Estado brasileiro, iniciada na década de 1990, ocorreu uma reorientação do papel do Estado, que passou a centrar-se em uma atuação voltada para a “regulação” e a “avaliação”, em detrimento de sua função de Estado “provedor”. Essa reformulação deu-se na perspectiva de que assumisse formas gerencialistas, mais flexíveis e menos burocratizantes. Um Estado fortalecido, porém, menos provedor de serviços e, conseqüentemente, mais regulador e avaliador de resultados, ou seja, um Estado moldado pelo capital.

Em Pernambuco, o Plano Diretor de Reforma do Estado foi aprovado em 2000 e, assim como Plano Diretor do Aparelho do Estado a nível federal, redefiniu as áreas de atuação do Estado, criou mecanismos de inserção da iniciativa privada na administração pública, principalmente, por meio das parcerias público-privado. Adotou o modelo gerencial da administração pública, criou mecanismos de planejamento, controle, metas e avaliação de desempenho das políticas públicas do estado e de seus servidores. (PERNAMBUCO, 2012b).

Arruda e Nóbrega (2013) apontam para a relevância do Projeto de Modernização da Gestão e do Planejamento de Pernambuco (PNAGE-PE), que foi instituído pelo Decreto n. 29.289, de 07 de junho de 2006, articulado com o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e Distrito Federal (PNAGE), que emerge sob o discurso da modernização da administração pública, por meio da transparência institucional e eficiência dos processos.

Em consonância com o PNAGE-PE, foi criado, em 2008, o Programa de Modernização da Gestão Pública: Metas para Educação (PMGP-ME). O programa tem

como objetivo elevar os diversos indicadores da educação básica estadual, com a definição de metas a serem cumpridas, ano a ano, pelos gestores das escolas e das Gerências Regionais de Educação (GREs).

## **AS POLÍTICAS DE *ACCOUNTABILITY* EM PERNAMBUCO E OS MECANISMOS DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

No PMGP-ME estão presentes políticas de *accountability* e formas de regulação da rede estadual de ensino de Pernambuco. Tais políticas são identificadas nas seguintes iniciativas: Sistema próprio de avaliação (SAEPE); Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE); Termo de Compromisso e Responsabilização (TCT); Bônus de Desempenho Educacional (BDE); e Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE).

O SAEPE tem como principais objetivos: produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais; monitorar o desempenho das proficiências dos estudantes ao longo do tempo; associar os resultados da avaliação às políticas de incentivo com a intenção de reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia da escola; e compor, em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o IDEPE. (PERNAMBUCO, 2012).

O IDEPE é composto pela proficiência dos estudantes em língua portuguesa e matemática, aferidos pelo SAEPE no 4º e 9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio e pelas taxas de aprovação medidas pelo censo escolar.

O Termo consiste em um contrato anual assinado pelos gestores das escolas se comprometendo, entre outros, ao cumprimento das metas e a melhoria do IDEPE.

Para que haja esse acompanhamento e controle dos resultados as escolas são monitoradas por meio de um sistema de monitoramento de indicadores de processos e resultados, o SIEPE.

Outra política que fortalece a responsabilização das escolas, gestores e professores pelos resultados é o BDE, que consiste no pagamento do bônus aos professores e funcionários das escolas que atingirem a partir de 50% das metas do IDEPE. Trata-se de uma política de “incentivo” que restringe o bônus ao alcance da meta e ao mesmo tempo funciona como forma de punição.

As políticas citadas definem formas de regulação e de controle do trabalho realizado nas escolas estaduais pernambucanas, produzindo índices e, a partir deles, buscando

mudanças nas formas e processos de ensino e funcionamento das escolas, com promessas de melhorias nos padrões de qualidade da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, as medidas de regulação implantadas na educação básica de Pernambuco, constituídas por iniciativas de *accountability*, vêm sendo consolidadas desde a implementação do Programa de Modernização da Gestão Pública - Metas para a Educação, no ano de 2008. Tais medidas estão ancoradas em processos de avaliação externa da educação, de responsabilização e de prestação de contas.

A preocupação com a elevação dos índices IDEB e IDEPE e a necessidade de prestar contas do trabalho realizado vêm trazendo muitas consequências para gestores, professores e estudantes, enfim todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Freitas (2013) aponta que estas políticas estão ocasionando o estreitamento curricular, competições entre profissionais e escolas, fraudes para garantir os resultados esperados, segregação dos estudantes e precarização da formação do professor.

Diante exposto, compreende-se que os estudantes, professores e profissionais da educação são condicionados a uma cultura de performatividade, que conforme Ball (2005), se consolida no âmbito de uma matriz de avaliações, comparações e incentivos relacionados com o desempenho. Com isso os indivíduos e as organizações farão o que for necessário para se distinguir ou sobreviver. “Em essência, performatividade é uma luta pela visibilidade” (BALL 2005, p.548)

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na administração pública Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. 52 p. Cadernos ENAP. n. 10. 1997. Disponível em: <<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAbrciocad%2010.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, set./dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a02n126.pdf>>. Acesso em 5 jan. 201

FREITAS, Luiz Carlos. Políticas de Responsabilização: entre a falta de evidência e a ética. *Cadernos de Pesquisa*. v. 43 n.148 p.348-365 jan./abr. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742013000100018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100018)> Acesso em: 31 jul. 2018.

PERNAMBUCO. Secretaria de Estado de Educação. Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar. *Políticas de responsabilização educacional* (Módulo XII). Recife, 2012.